

RECURSO ESPECIAL Nº 1.838.501 - SP (2019/0277565-0)

RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES
RECORRENTE : ABATEDOURO DE AVES IDEAL LTDA
ADVOGADO : MARCELO MORENO DA SILVEIRA - SP160884
RECORRIDO : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADO : AIRA CRISTINA RACHID BRUNO DE LIMA - SP118351

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto por Abatedouro de Aves Ideal Ltda., com fundamento nas alíneas "a" e "c" do inciso III do art. 105 da CF/1988, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo assim ementado (e-STJ, fl. 305):

Tributário. Repetição de indébito. Crédito tributário pago em parcelamento (PEP), calculado com acréscimo de juros de mora, nos termos da LE 13.918/2009. Aspectos jurídicos passíveis de discussão. Inconstitucionalidade da referida legislação declarada pelo C. Órgão Especial desta Corte. Repetição cabível, com atualização monetária e juros de mora (Súmulas 162 e 188 do E. Superior Tribunal de Justiça). Critério para verba honorária. Provido o recurso da autora, desprovidos o da ré e o reexame necessário.

Alega a recorrente ofensa ao art. 85, § 3º, do CPC/2015. Sustenta, em síntese, que (e-STJ, fl. 318):

[...] o arbitramento da verba de sucumbência por equidade, não pode prevalecer ou mesmo ser aplicado ao presente caso, primeiramente porque nega vigência aos §§ 2º e 3º do artigo 85 do CPC que represente norma específica a ser aplicada para os casos em que a Fazenda Pública for parte e também porque o juiz somente poderá decidir por equidade nos casos previstos em lei, conforme preceitua o artigo 140, parágrafo único do CPC.

Aduz divergência jurisprudencial com julgados desta Corte Superior.

Foram apresentadas contrarrazões (e-STJ, fls. 434-444).

Admitido o recurso especial na origem (e-STJ, fls. 445-446), foram os autos remetidos a esta Corte de Justiça.

É o relatório.

Discute-se sobre a fixação de honorários advocatícios, em desfavor da Fazenda estadual, em causa de R\$ 3.339.309,91.

A Corte de origem arbitrou a verba honorária por apreciação equitativa, sem observar as regras estabelecidas no art. 85, 3º, do CPC/2015. Confira-se (e-STJ, fls. 311-312):

Superior Tribunal de Justiça

Passo, agora, à análise da impugnação recursal quanto à verba honorária, fixada no I. Juízo de origem em R\$ 2.000,00.

Nesse capítulo, entendo assistir razão à ré, porquanto se trata de ação que não exigiu maiores desafios, tratando de tema comum, enfrentado inúmeras vezes pelo Judiciário e, se assim são tratadas no Judiciário, é porque são inúmeras as ações do mesmo jaez, a refletir que não se exige maior grau de zelo do profissional nem calham, como sugestivas de necessidade de majoração, as demais situações do § 2º do art. 85, de toda pertinência para se aquilatar o importe da honorária.

No entanto, ainda que assim seja, o valor fixado na origem é diminuto e não remunera dignamente o trabalho advocatício, com nota, ainda, de a sucumbência da Fazenda do Estado ser total, ante o provimento do recurso da autora, motivo por que entendo de fixar a honorária em R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), já considerados, também, os chamados honorários recursais, previstos no artigo 85, § 11 do Código de Processo Civil.

Em se tratando de causa em que é parte a Fazenda Pública, para a fixação de honorários, é imprescindível a aplicação inicial do art. 85, §§ 3º e 4º, do CPC/2015, recorrendo-se à apreciação equitativa apenas, subsidiariamente, na hipótese de proveito econômico irrisório ou de valor da causa muito baixo, conforme disposto no art. 85, § 8º, do CPC/2015.

No presente caso, em que houve sucumbência total do ente fazendário, além do valor atribuído à causa ser de R\$ 3.339.309,91, a sentença consignou "[...] que o possível proveito econômico obtido é superior a 500 salários mínimos" (e-STJ, fl. 192).

Dessa forma, não há falar em valor da causa muito baixo ou de proveito econômico irrisório, afastando-se a possibilidade de apreciação equitativa para fixação dos honorários advocatícios.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. PEDIDO DE EXTINÇÃO. ARBITRAMENTO DA VERBA HONORÁRIA. PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. FIXAÇÃO. §§ 2º e 8º DO ART. 85 DO CPC/2015. APRECIÇÃO EQUITATIVA. IMPOSSIBILIDADE.

I - O presente feito decorre de ação de execução fiscal objetivando o recebimento de crédito no valor de R\$ 195.037,49 (cento e noventa e cinco mil, trinta e sete reais e quarenta e nove centavos). Na sentença, julgou-se extinta a execução fiscal, tendo sido a exequente condenada a pagar honorários advocatícios em favor da executada. No Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, a sentença foi parcialmente reformada, apenas para fixar os honorários, por apreciação equitativa.

II - A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica no sentido de que, nas causas em que a Fazenda Pública for litigante, os honorários advocatícios devem ser fixados observando-se os parâmetros estampados no art. 85, § 2º, *caput* e incisos I a IV, do CPC/2015 e com os percentuais delimitados no § 3º do referido artigo.

III - Por outro lado, na vigência do CPC/2015, a fixação de honorários

Superior Tribunal de Justiça

advocatícios, por apreciação equitativa, conforme o contido no § 8º, art. 85 do CPC/2015, somente tem guarida nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou, ainda, quando o valor da causa for muito baixo, não sendo essa a hipótese dos autos, visto que foi atribuído valor da causa no montante de R\$ 195.037,49 (cento e noventa e cinco mil, trinta e sete reais e quarenta e nove centavos), em junho de 2004. Nesse sentido: AgInt no REsp n. 1.736.151/SP, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, julgado em 25/10/2018, DJe 6/11/2018; REsp n. 1.750.763/SP, Rel. Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, julgado em 6/12/2018, DJe 12/12/2018 e AgInt no AREsp n. 1.187.650/SP, Rel. Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 24/4/2018, DJe 30/4/2018.

IV - Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 1.424.719/SP, Rel. Min. FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 14/5/2019, DJe 21/5/2019)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, V, do CPC/2015, c/c o art. 255, § 4º, III, do RISTJ e a Súmula 568/STJ, dou provimento ao recurso especial para determinar o retorno dos autos à origem a fim de aplicar o art. 85, §§ 3º e 4º, do CPC/2015, observando o valor da causa ou do proveito econômico obtido.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator